

#LeDdENota de pesquisa

Evasão do ensino superior e a pandemia do COVID-19: uma análise exploratória dos dados do Censo da Educação Superior e da PNADC

Gustavo Bruno de Paula (Pós-Doutorando CNPq – PPGSA/UFRJ)

Felícia Picanço (Professora do PPGSA/UFRJ)

Resumo: Este texto apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento cujo objetivo geral é investigar a relação entre desigualdades de gênero, raça e renda e evasão do ensino superior, segundo rede de ensino, tipos de cursos e instituições de ensino superior. O objetivo específico é analisar se durante os dois anos da pandemia (2020 e 2021) houve variações nas taxas de evasão a partir de duas questões: quais grupos foram mais afetados no contexto da pandemia? Houve alteração no padrão de evasão? Para isso, utilizamos microdados do Censo da Educação Superior dos anos de 2010 a 2021 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018 a 2021. Como resultados, identificamos que houve um aumento da evasão no setor privado no auge da pandemia, mas não no setor público, no qual houve uma elevação do percentual de matrículas trancadas. O padrão de evasão segundo as características socioeconômicas não foi alterado ao longo do tempo, continuou sendo mais desigual segundo as faixas de renda.

Palavras-chave: evasão do ensino superior; desigualdades escolares; ensino superior.

Introdução e objetivos

Pesquisas sociológicas e educacionais evidenciam que, a despeito das mudanças ocorridas nas taxas de escolarização da população e quase universalização do acesso, alunos do ensino fundamental e médio em famílias de baixa renda, com pais e mães pouco escolarizados e/ou negros acumulam desvantagens sociais que resultam nas maiores chances de atraso, abandono ou evasão escolar e menores chances de ingresso no ensino superior (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020; SENKEVICS; CARVALHAES; RIBEIRO, 2022; SIMÕES, 2019).

No Brasil, pessoas que obtêm o diploma de ensino superior recebem em média mais que o dobro do rendimento daqueles que concluíram somente o ensino médio (OCDE, 2020, p. 88-89). Esse dado coloca o país como tendo o maior diferencial salarial entre esses títulos escolares em comparação com outras nações que integram ou são parceiras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apesar das diferenças de ganhos salariais entre as áreas de formação e as instituições às quais os trabalhadores se formam (VIEIRA, 2021), a conclusão do ensino superior é muito relevante para os destinos profissionais dos brasileiros.

Para reduzir o impacto das desigualdades sociais sobre as chances de entrada no ensino superior, nas últimas duas décadas uma série de políticas de expansão de vagas e ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior foram implementadas, visando atender grupos historicamente excluídos desse nível de ensino. Essas mudanças tornaram premente a avaliação das condições de permanência desses estudantes. Apesar da expansão ter começado a reduzir a partir de 2016 (INEP, 2022), da redução de benefícios vindos de políticas como o ProUni e o Fies e das ações afirmativas terem mantido em grande medida seus formatos, os impactos sobre as instituições, em especial no perfil dos ingressantes, seguem ativos e objeto de pesquisa (CARVALHAES; MEDEIROS; TAGLIARI, 2021; CARVALHAES; RIBEIRO, 2019; COSTA et al., 2021; HERINGER, 2018; MENDES et al., 2021; SALATA, 2018, 2019; SENKEVICS, 2021).

A pandemia da Covid-19, com a necessidade da suspensão de atividades escolares presenciais, impôs mudanças nas formas de organização em todos os níveis de ensino e as respostas variaram segundo os níveis e rede de ensino (público ou privada), dentre outros fatores (BARBOSA et al. 2021; CARNEIRO; ANDRADE; SAMPAIO, 2022; SENKEVICS; BOF, 2022). Mas, como os estudantes com diferentes características socioeconômicas, de raça e gênero responderam a estes desafios? Esforços recentes de pesquisa têm analisado como as desigualdades sociais se relacionaram com as performances dos estudantes face às mudanças compulsórias no ensino (AZEVEDO; NEVES, 2021; MENEZES; COSTA, 2021).

Inserido neste contexto, esse estudo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa mais ampla em andamento que tem como objetivo principal analisar a evasão segundo gênero, raça e renda no ensino superior brasileiro. No primeiro momento, analisaremos a variação do percentual de evasão no sistema de ensino superior entre 2010 e 2021 para identificar se houve variações significativas ao longo dos anos de pandemia, utilizando os dados do Censo da Educação Superior (CES). Como os dados do CES não permitem a análise por características dos discentes, no segundo momento utilizaremos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para analisar as variações segundo gênero, raça e renda da situação do indivíduo de 17 a 24 anos no ensino superior.

Dados, método e principais resultados

Na análise dos microdados do CES de 2010 a 2021, selecionamos graduações presenciais e à distância que tinham informações sobre localização regional, rede de ensino e grau acadêmico. Nos concentramos nas categorias administrativas de Universidades, Faculdades, IFET e Centros Universitários, devido ao baixo número de matrículas em outras categorias. Para a análise da evasão a partir desse conjunto de dados, calculamos a taxa de evasão anual a partir da razão entre o *Total de desvinculados pelo Total de matriculados, Total de trancamentos e Total de transferências para a mesma instituição* (PAULA, 2021).

Na Figura 1 exibimos as mudanças dos percentuais de acordo com a rede de ensino; a categoria administrativa; o grau acadêmico; e a modalidade de ensino dos cursos de graduação. Nela podemos observar, no geral, que (i) as taxas de evasão nas IES privadas são mais elevadas ao longo do tempo; e (ii) quando desagregados por categoria administrativa, a partir de 2016, são as IES privadas com fins lucrativos que têm as maiores taxas de evasão.

Ao focalizar as taxas no início da pandemia, comparamos os anos de 2019, 2020 e 2021, uma vez que os dados do CES são coletados no primeiro semestre. Logo, os dados referentes a 2020 foram coletados no primeiro semestre de 2021 e refletem o contexto de suspensão das aulas e ajustes nos formatos remotos nas IES, e o ano de 2021, coletados no primeiro semestre de 2022, refletem a implementação completa do modo remoto.

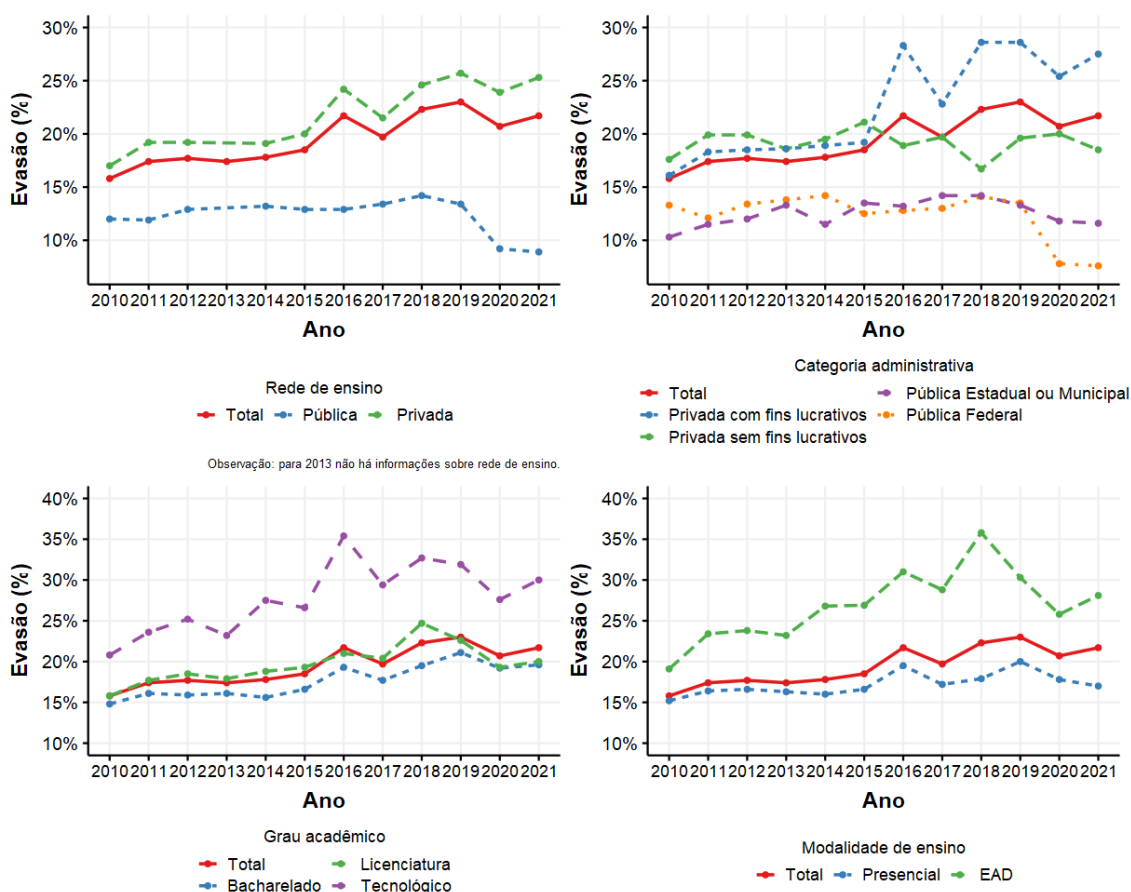
De 2019 a 2020, observamos uma queda importante na evasão, tanto nas IES privadas, quanto nas IES públicas. Mas, entre 2020 e 2021, as redes de ensino seguem tendências diferentes. A taxa de evasão amplia nas IES privadas e nas IES públicas tem pequena redução. Ao que os dados sugerem, a primeira opção dos estudantes foi o trancamento da matrícula. Como os prazos para o trancamento de matrículas e os custos variam entre as redes de ensino, e variaram na pandemia mais ainda, dado que as IES privadas tiveram que se mover entre promoções para trancamento para reter estudantes e a perda de receita, para muitos estudantes de IES privadas o abandono pode ser menos custoso que o trancamento da matrícula.

Em relação ao tipo de curso, o tecnológico segue com taxa de evasão maior que os demais e todos os tipos seguem uma mesma tendência: redução da evasão entre 2019 e 2020, seguido de aumento entre 2020 e 2021, variando, no entanto, de magnitude, pois o tecnológico é aquele que mais aumenta. Cursos em EAD se caracterizam por ter

elevada evasão, mas em 2020 segue a escalada de redução iniciada em 2019, mas volta a crescer em 2021. Os cursos presenciais, por sua vez, ficaram mais protegidos da evasão na pandemia.

Os achados sugerem que a pandemia não elevou a evasão no ensino superior público, mas impôs um atraso na conclusão de parte dos estudantes. As taxas mais elevadas de evasão no ensino privado estão em grande medida sendo impulsionada pela taxa de evasão da EAD. Possivelmente, os estudantes que ingressaram ou cursaram durante o período decidiram interromper temporariamente os estudos para se dedicarem a outras atividades ou aguardar o retorno do ensino.

Figura 1 - Taxas de evasão entre 2010 a 2021



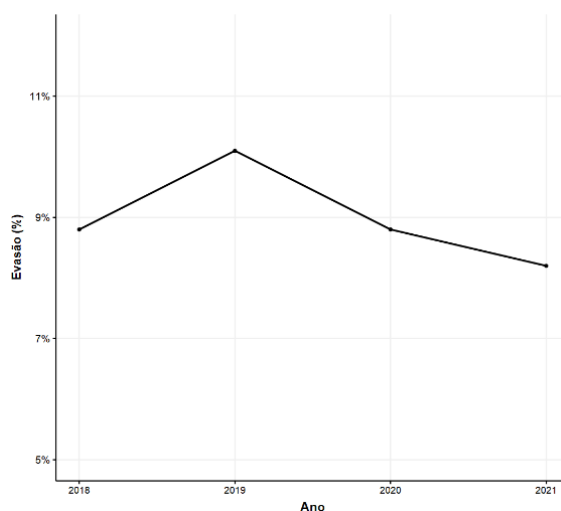
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior de 2010 a 2021.

Para captar se houve diferenças segundo gênero, raça e renda, analisamos amostras da PNADC de 2018 a 2021, com indivíduos jovens de 17 a 24 anos, como

estratégia para focar na faixa etária preferencial para estar no ensino superior e que a interrupção do curso tem consequências para o desenho de trajetórias ocupacionais/profissionais e ganhos de renda na vida adulta. A PNADC é uma pesquisa domiciliar que capta informações socioeconômicas de uma amostra da população brasileira, assim, para identificar a evasão do ensino superior, é necessário definir o que vai ser classificado como evasão. Criamos uma variável a partir da combinação entre duas outras: situação em relação à frequência escolar (está ou não estudando) e maior nível de escolaridade. Quem declarou não estar frequentando escola e tinha *Ensino superior incompleto* foi classificado como evadido; quem declarou não estar frequentando escola e tinha *Ensino superior completo* foi classificado como graduado; e quem declarou estar estudando e tinha *Ensino superior incompleto* foi classificado como cursando.

Inicialmente, observamos que não há diferenças expressivas nos percentuais de evasão no período de 2018 a 2021, como exposto na Figura 2. Ao longo do período, o percentual esteve entre 9% a 10%.

Figura 2 – Evolução do percentual de evasão de jovens entre 2018 a 2021 pela PNADC



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados da PNADC.

Segundo as características socioeconômicas dos estudantes, os dados indicam que as variações nos percentuais de evasão já documentadas pela literatura que aborda o período anterior à pandemia não são alteradas nos dois anos da pandemia (COSTA; PIKANÇO, 2020; PAULA; NOGUEIRA, 2020). Como exposto pelos dados da Tabela

1, homens e pessoas negras tendem a ter percentuais mais elevados de evasão e isso se mantém. Não obstante os diferentes percentuais entre gênero e raça, a maior variação está entre as diferentes faixas de renda familiar. Em 2021, por exemplo, enquanto 11% dos indivíduos com renda per capita domiciliar de 1/2 salário mínimo (SM) evadiram, apenas 1,8% dos indivíduos com mais de 5 SM evadiram.

A comparação entre os percentuais ao longo do tempo mostra que, embora existam chances desiguais de evasão segundo as características escolhidas para análise, ela se mantém estável e sem variações bruscas nos percentuais nos anos que captam o retrato da população de estudantes do ensino superior na pandemia, indicando, portanto, que os grupos sociais mais penalizados são os mesmos em qualquer contexto.

Tabela 1 – Percentuais de concluintes e evadidos da PNADC

Variáveis	2018		2019		2020		2021	
	Cursando ou graduado, N = 4,475,060 ¹	Evadiu, N = 429,497 ¹	Cursando ou graduado, N = 4,610,957 ¹	Evadiu, N = 515,666 ¹	Cursando ou graduado, N = 4,683,214 ¹	Evadiu, N = 451,802 ¹	Cursando ou graduado, N = 4,687,810 ¹	Evadiu, N = 416,678 ¹
Sexo								
Homem	(90%)	(10%)	(89%)	(11%)	(91%)	(9.5%)	(90%)	(9.5%)
Mulher	(92%)	(7.7%)	(91%)	(9.0%)	(92%)	(8.3%)	(93%)	(7.1%)
Raça								
Branca	(93%)	(7.3%)	(90%)	(9.6%)	(92%)	(8.4%)	(92%)	(7.9%)
Negra	(89%)	(11%)	(89%)	(11%)	(91%)	(9.2%)	(92%)	(8.5%)
Faixa de renda domiciliar per capita								
Até ½ salário mínimo	(89%)	(11%)	(85%)	(15%)	(90%)	(9.7%)	(89%)	(11%)
Mais de ½ até 1 salário mínimo	(91%)	(9.2%)	(90%)	(9.9%)	(90%)	(10%)	(91%)	(8.8%)
Mais de 1 até 2 salários mínimos	(90%)	(10%)	(89%)	(11%)	(90%)	(10.0%)	(91%)	(9.3%)
Mais de 2 até 3 salários mínimos	(92%)	(8.4%)	(92%)	(8.3%)	(94%)	(5.7%)	(94%)	(6.2%)
Mais de 3 até 5 salários mínimos	(95%)	(4.8%)	(93%)	(6.8%)	(94%)	(5.8%)	(96%)	(4.2%)
Mais de 5 salários mínimos	(97%)	(2.9%)	(94%)	(5.5%)	(97%)	(2.9%)	(98%)	(1.8%)

¹ (%)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PNADC de 2022. Percentuais podem não somar 100% em alguns casos por consistir em estimativas da amostra.

Referências

AZEVEDO, V. R.; NEVES, P. DE A. Desigualdades educacionais à luz da Covid-19: disparidades do meio rural e urbano. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 25–54, 10 dez. 2021.

CARNEIRO, A. M.; ANDRADE, C. Y.; SAMPAIO, H. (EDS.). Impactos da Pandemia de Covid-19 no Ensino Superior: Tendências e Desafios. Caderno de Pesquisa NEPP. n. Caderno de Pesquisa NEPP, 2022.

CARVALHAES, F.; MEDEIROS, M.; TAGLIARI, C. Expansão e diversificação do ensino superior: privatização, educação a distância e concentração de mercado no Brasil, 2002-2016. **SSRN**, 2021.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 195–233, 17 abr. 2019.

COSTA, A. L. D.; PICANÇO, F. Para além do acesso e da inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 281–306, 2020.

COSTA, J. et al. TD 2631 - Expansão da Educação Superior e Progressividade do Investimento Público. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, p. 1–38, 1 mar. 2021.

GUIMARÃES, N. A.; BRITO, M. M. A. DE; COMIN, A. A. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 475–498, nov. 2020.

HERINGER, R. (ED.). **Educação Superior no Brasil contemporâneo: estudos sobre acesso, democratização e desigualdades**. Rio de Janeiro: LEPES, 2018. v. 1

INEP. **Censo da educação superior: Notas estatísticas - 2021**. Brasília: INEP/MEC, 2022.

MENDES, T. et al. Azul ou Rosa? Segregação de gênero no ensino superior brasileiro 2002-2016. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07830, 2021.

MENEZES, M. M. DE; COSTA, P. DE A. O ensino superior : as Antígonas de nosso tempo pandêmico e o agravamento das desigualdades sociais. 2021.

OCDE. **Education at a glance**. 1. ed. Paris: OECD Publishing, 2020.

PAULA, G. B. **Desigualdades sociais e evasão no ensino superior: uma análise em diferentes níveis do setor federal brasileiro**. Tese de doutorado—[s.l.] UFMG, 2021.

PAULA, G. B.; NOGUEIRA, C. M. M. Evasão de curso no ensino superior federal – Análise de coorte dos ingressantes de 2012. Em: BARBOSA, M. L. (Ed.). **A expansão desigual do ensino superior no Brasil**. [s.l.] Appris, 2020. p. 153–169.

SALATA, A. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 219–253, 28 jul. 2018.

SALATA, A. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. **Interseções Revista de Estudos Interdisciplinares**, p. 27, 2019.

SENKEVICS, A. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 48, 22 abr. 2021.

SENKEVICS, A. S.; BOF, A. M. Desigualdades educacionais na pandemia. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 7, 2022.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. Mérito ou berço? origem social e desempenho no acesso ao ensino superior. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, 2022.

SIMÕES, A. Acesso à Educação Básica e sua universalização: missão ainda a ser cumprida. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, p. 17–72, 22 nov. 2019.

VIEIRA, A. Os efeitos do diploma superior nos resultados iniciais da carreira profissional. Em: BARBOSA, M. L. (Ed.). **A expansão desigual do ensino superior no Brasil**. [s.l.] Editora Appris, 2021. p. 169–190.